

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim Class.: Guatô 13

Data: abril de 1991 Pg.: 4

### GUATÔ

# Expedição à ilha dos canoeiros

*Equipe que visitou a Ilha Bela Vista do Norte constata que é justa a reivindicação dos Guatô, que hoje habitam Corumbá, de voltar ao seu antigo território*

Uma equipe da Funai e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Índio (Cedin), órgão da Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, fez uma expedição, entre os dias 21 de janeiro e 4 de fevereiro, à Ilha Insua (Bela Vista do Norte), território reclamado pelos índios Guatô. A maioria dos cerca de 400 Guatô remanescentes desta nação do tronco Macro-Jê (1) vivem hoje na periferia de Corumbá, trabalhando como pescadores ou empregados em firmas diversas. Integrou a equipe Nereu Schneider, membro do Cimi/MS e conselheiro do Cedin.

Segundo recorda Nereu ao PORANTIM, o envolvimento do Cimi com os Guatô começou em 1977, através da pastoral indígenista da Diocese de Corumbá. Naquela época os Guatô eram dados como extintos. Foram então redescobertos pela irmã salesiana Ada Cambaroto, que ficou impressionada com o artesanato de dona Josefina Ribeiro Guatô (Mbodó), moradora na periferia de Corumbá. A partir de Josefina, mãe do líder Celso Ferreira, assassinado em 1982, chegou-se às outras famílias Guatô, quase todas expulsas por fazendeiros que se apossaram da ilha Bela Vista do Norte, patrimônio da União, hoje sob jurisdição do Exército.

Aquela equipe da pastoral indígenista de Corumbá se dissolveu, diz Nereu Schneider, e o Cimi só voltou a ter contato com os Guatô residentes na periferia de Corumbá em 1988. Desde então houve várias visitas a Corumbá e os Guatô participaram de diversos encontros, em Campo Grande e Brasília. Na Assembleia Regional do Cimi de 1989, a definição da terra reivindicada pelos Guatô foi escolhida como prioridade. Ainda em 1989, a questão passou a ser pauta do Cedin-MS, que é formado por entidades indígenas e indígenas do Mato Grosso do Sul, do qual o Cimi/MS faz parte.

Em novembro de 90, definiu-se a expedição. Segundo Nereu, "conjuntamente com estas entidades, decidiu-se por uma visita à Ilha Insua, para ver a situação atual das famílias Guatô que lá residem. Foram várias as tentativas de se efetuar a referida viagem, todas sem sucesso, principalmente por falta de recursos". Em novembro de 1990, realizou-se a última reunião do Cedin do ano, com a presença do superintendente da Funai, Odenir Pinto de Oliveira. Este se dispôs a solicitar apoio da Marinha para o deslocamento até a ilha e permissão ao Comando Militar do Oeste para que a visita fosse feita. A Ilha Insua, que fica na fronteira com a Bolívia, tem um destacamento militar ligado ao 17º Batalhão de Caçadores de Corumbá por ser considerada área de segurança nacional. Sempre segundo o relato de Nereu, nesta reunião, o próprio Cedin



Família Guatô residente no Porto Bela Vista, na Ilha Bela Vista do Norte, também conhecida como Insua

designou uma equipe para participar da viagem: Gilberto Azanha, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Claudionor Chaves Ribeiro (da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social) e Nereu Schneider, do Cimi/MS. Outros três nomes foram apresentados pela Funai: José G. Lins (do setor administrativo), Rogério (chefe do Posto Indígena Taunay, localizado em área Terena, em Aquidauana, e Gutmann (dentista). O próprio superintendente ficou de participar da expedição mas não pôde ir por causa dos problemas envolvendo os Kayová em Dourados.

Dois Guatô integraram a expedição: o líder Severo Ferreira, irmão do ex-líder Celso, e João Quirino, tio-avô de Severo, como cerca de 100 anos de idade.

Oficialmente, esta foi a quinta



Hilário Paulus

João Quirino, tio-avô do líder Severo Ferreira, afirma estar com mais de 100 anos

expedição ao pantanal matogrossense com a finalidade de levantar a situação da nação Guatô, com vistas à criação da Área Indígena Guatô. Dos encaminhamentos dados após as expedições anteriores, sabe-se apenas da existência do Memorial Descritivo de Delimitação da Ilha Insua, preparado pelo engenheiro Luiz Antônio Sberze.

Segundo Nereu Schneider, "nesta expedição contactamos cinco famílias Guatô na Ilha Insua (Bela Vista do Norte), uma residente em Puerto Gonzalo, do lado boliviano (35 pessoas) e mais duas famílias no morro do Caracará, abaixo da ilha cerca de 100 km. Poucos falantes da língua materna, apenas os mais idosos, alguns mestiços. Os jovens migram geralmente para Corumbá, em busca de estudo e emprego". Continua o missionário do Cimi: "Tivemos notícias de mais Guatô dispersos por fazendas da região e morrarias, pantanal acima, os quais não pudemos contactar por falta de condições.

"A imemorialidade da ocupação indígena da Ilha já é do conhecimento da Funai, através de estudos antropológicos feitos por expedições anteriores, notadamente as feitas pelos antropólogos Noraldino Vieira Cruvinel (1978) e Paulo Alves Cardoso (1985)", informa Nereu.

**Pedem permissão para voltar à ilha**

De imediato, os Guatô reivindicam a intermediação da Funai junto ao Ministério do Exército para que seja permitido o retorno à Ilha Bela Vista do Norte das famílias indígenas e que desejarem, além da assistência por parte do órgão indígenista.

Em relatório preparado para o Cedin, Gilberto Azanha, do CTI, anota várias recomendações à superintendência da Funai para a solu-

ção do problema.

— Negociação com o Ministério do Exército e com o Ibama para facultar o retorno dos Guatô que assim o desejarem para a ilha ou para a região do Caracará (reserva biológica sob controle do Ibama).

— Tal negociação deveria resultar em um convênio entre a Funai e o Exército com a intervenção da Sema/MS que contemplasse as reivindicações dos Guatô (liberdade para a caça e a pesca, visando a subsistência, liberdade de ir e vir; assistência escolar e de saúde) sem que o Exército devesse abrir mão de sua jurisdição sobre a ilha. O mesmo deveria ser feito com o Ibama (para o Caracará).

— Estes convênios deveriam delimitar a participação de cada órgão federal no resguardo da área e quanto à assistência que seria dada aos Guatô.

A Funai, o Cedin/MS e o líder Severo Ferreira ficariam com a incumbência de verificar e selecionar as famílias Guatô que estão em Corumbá e Cáceres que desejassem voltar para a ilha.

— Para as famílias do Caracará e São Lourenço e aquelas do alto Paraguai, a Funai deveria estabelecer um esquema de assistência itinerante.

— Para se obter um quadro mais seguro quanto à situação dos Guatô de São Lourenço e alto Paraguai, a equipe que participou da expedição precisaria realizar ainda neste semestre nova viagem para a região citada.

— Que a Funai e o Cedin mantenha contatos com a Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Segurança Pública a fim de pôr fim à perseguição da "floresta" aos Guatô, regularizando a situação dos índios perante aqueles órgãos.

(1) Segundo a lingüista Adair Pimentel Palácio, da Universidade Federal de Pernambuco, que defendeu tese sobre a língua Guatô, a primeira menção sobre esta nação aparece em 1555, nos Comentários do navegador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Identificado como índios canoeiros, os Guatô eram nômades e se deslocavam por uma região que se estendia desde o norte da cidade de Corumbá (MS), nas proximidades da lagoa Mandioré e do porto de Amolar, até acima da cidade de Cáceres. Habitavam ainda o rio São Lourenço — hoje Cuiabá —, afluente do Paraguai, o rio Caracará, afluente do São Lourenço, e as lagoas Guaíba e Uberaba. Os estudos mais completos sobre o seu passado são os relatos feitos por Francis D. Castelnau (1851) e Hercules Florence (1875) e, neste século, os trabalhos de Max Schmidt, que os estudou de 1900 a 1928. (Ciência Hoje, março de 1987, págs. 74 e 75)